

# Introdução

## Origem de uma investigação

No ano de 2001, durante uma estada em Portugal, no âmbito da pesquisa para a tese de licenciatura, decidi recolher material documental sobre a direita radical portuguesa no segundo pós-guerra. O assunto das direitas radicais europeias já me interessava há alguns anos, sobretudo graças aos estudos de autores como Piero Ignazi, Cas Mudde, Stein Larsen, Jeffrey Bale, Anne-Marie Duranton-Crabol, Roger Eatwell, James Gregor, Roger Griffin, Herbert Kitschelt, Pierre Milza, que, na última década, se tinham dedicado a uma abordagem comparativa e transnacional da questão.

Deparei-me, desde logo, com a ausência total de monografias portuguesas sobre a direita radical nacional. Na verdade, também as escassas referências a Portugal presentes na bibliografia académica internacional demonstravam a escassez de fontes secundárias acerca deste tema. A pouca relevância atribuída à direita radical portuguesa nestes estudos está bem patente nos neologismos utilizados por alguns autores: em 1991, por exemplo, Anne Marie Duranton-Crabol apresentava o caso português como o de «la droite radicale assoupie» (1991, 147-149); em 1998, Xavier Casals inseria Portugal em «un midi europeu sin neofascismo» (1998, 143-167); em 2002,

Pierre Milza insistia na existência em Portugal de uma «extrême droite évanescant» (2002, 301-305).

Contudo, não deixei de estranhar esta falta de dados históricos, considerando extremamente improvável que nas últimas três décadas de regime salazarista não tivessem existido em Portugal correntes de pensamento político de direita radical. Tanto mais que, nas minhas incursões por esta família política, já tinha encontrado excelentes informações em autores que se dedicaram ao caso espanhol. Os trabalhos pioneiros de Sheelagh Ellwood (1984) e Stanley Payne (1985) sobre a Falange espanhola e os sucessivos estudos de José Luís Rodríguez Jiménez (1994 e 1997), Xavier Casals (1995-1998) e Ferran Gallego (2006) sobre a extrema-direita espanhola, no franquismo e na democracia, desvendavam um meio político rico em ideias que se tinha desenvolvido, desde 1945, ao abrigo de um regime autoritário coevo e tão longo como o de Portugal.

Decidi, portanto, recorrer ao auxílio do professor Marco Tarchi, da Universidade de Florença, especialista em populismos e direitas radicais europeias, que me confirmou, de facto, a lacuna, na historiografia comparada, sobre o caso português após 1945 e me aconselhou a ajuda do professor António Costa Pinto, cujos estudos sobre os movimentos fascistas portugueses dos anos 30 representariam uma boa garantia para encontrar pistas de investigação no pós-1945. Também o professor Costa Pinto me confirmou a inexistência de estudos monográficos sobre as direitas radicais portuguesas no período pós-bélico, com excepção de alguns trabalhos introdutórios da sua autoria, em forma de artigos para revistas científicas,<sup>1</sup> contributos em colectâneas sobre o tema da extrema-direita europeia<sup>2</sup> ou sobre a questão da transição portuguesa.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> António Costa Pinto, «A direita radical em Portugal – uma introdução», *Risco*, n.º 12 (1989), 67-84.

<sup>2</sup> António Costa Pinto, «The radical right in contemporary Portugal», in *The Far Right in Western and Eastern Europe*, orgs. Luciano Cheles *et al.* (Londres: Longman, 1995), 109-128.

<sup>3</sup> António Costa Pinto, «Dealing with the legacy of authoritarianism: political purges and radical right movements in Portugal's transition to democracy 1974-1980s»,

O interesse mútuo em aprofundar o assunto deu origem à ideia de uma investigação sobre as direitas radicais portuguesas desde 1945 até 1974 que viria a tornar-se o tema do meu doutoramento.

Devido ao meu total desconhecimento do caso português, o primeiro passo da investigação foi uma lista, compilada pelo professor Costa Pinto, dos mais destacados representantes da direita radical portuguesa durante o regime autoritário, cujo testemunho teria sido indispensável para uma reconstrução exaustiva do fenómeno. Como era previsível, dos nomes da lista, eu não conhecia quase nenhum. E digo «quase» porque, na verdade, um deles não me era, ou pelo menos não me parecia, totalmente estranho: o do professor António José de Brito.

Lembrava-me, de facto, de ter já cruzado este nome, aquando da minha primeira estada em Portugal, na obra da sua autoria, de 1999, *Para a Compreensão do Fascismo*, cujo título tinha despertado a minha curiosidade na biblioteca da universidade onde me encontrava a trabalhar. Confesso, na altura, não ter lido o livro, mas ter ficado admirado pela última frase da biografia do autor, impressa na contracapa:

Continua inalteravelmente fascista e por inteiro incompatível com o presente regime, fruto da traição de Abril.

A galhardia desta frase, que tinha fixado na minha memória o nome de José de Brito, convenceu-me a ultrapassar o desânimo inicial devido ao alerta do professor Costa Pinto acerca da provável indisponibilidade de muitos membros da lista em prestarem o testemunho da sua passada militância política radical. Pensei que uma primeira conversa com o decano da direita radical portuguesa, na altura com 76 anos e ainda «inalteravelmente fascista», teria, sem dúvida, facilitado a minha orientação na matéria.

---

in *Modern Europe, after Fascism (1943-1980s)*, org. Stein Ugelvik Larsen (Nova Iorque: SSM-CUP, 1998), 1679-1718.

## Identificação do objecto de estudo

Em 2003 entrevistei o professor António José de Brito numa minha primeira abordagem ao tema. Expliquei-lhe que o meu intuito era reconstruir a história da direita radical portuguesa após 1945, ou seja, investigar em Portugal a família política do neofascismo, nomeadamente os epígonos do nacional-sindicalismo pós-bélico, os discípulos lusitanos de Julius Evola, os euronacionalistas lusos de Jean Thiriart, os intelectuais portugueses da *nouvelle droite* e os demais rastos que a subcultura europeia do radicalismo de direita da segunda metade do século pudesse ter deixado em terra lusitana. Perante a minha introdução, o professor Brito alertou-me para que, se eu tivesse organizado a investigação naqueles moldes, não teria encontrado em Portugal rigorosamente nada, pois os figurinos italianos e franceses do meu raciocínio, embora conhecidos e apreciados em Portugal, nunca representaram as traves mestras da elaboração intelectual e da acção militante das direitas radicais portuguesas. Aconselhou-me, portanto, a abordar o tema da investigação em dois períodos cronológicos distintos: um primeiro período, compreendido entre 1939 e o começo dos anos 50, e um segundo, com início na década de 60 e a terminar com a queda do regime autoritário. Pelo meio, o interregno da década de 50, no qual a direita radical de facto não mostra expressões significativas visíveis do ponto de vista intelectual e organizacional.

Se a época 1960-1974 é protagonizada por grupos organizados da direita radical, surgidos principalmente nas três universidades do país, como reacção ao eclodir da guerra do ultramar, o período de 1945-1950 é representado pela acção de um punhado de jovens intelectuais oriundos do meio do nacionalismo monárquico e que se radicalizam, ainda adolescentes, ao longo dos anos da Segunda Guerra Mundial, cimentando a sua identidade fascista nos primeiros anos do pós-guerra, principalmente na Universidade de Coimbra. Este punhado de intelectuais radicais, dos quais José de Brito é expoente desde a primeira hora, move-se, nestes anos, em absoluta

menoridade, dentro do panorama do nacionalismo e do monarquismo português, reunindo-se à volta de três eixos. O primeiro eixo firma-se no magistério de Alfredo Pimenta, o único intelectual proveniente do integralismo da primeira metade do século que se solidariza, sem hesitações e de forma militante, com o fascismo e o nacional-socialismo nos anos da guerra. A sua veia polémica, segundo José de Brito, será o motor principal da radicalização da jovem geração dos anos 40 e, principalmente, da sua diferenciação da maioria do nacionalismo integralista, que, nos anos do conflito mundial, abandona progressivamente as simpatias iniciais pelo fascismo, em nome da antiga aliança inglesa, e que, no pós-guerra, se aproxima das posições monárquico-liberais, democráticas e até anti-salazaristas.

O segundo eixo consolida-se na publicação do semanário *A Nação* em 1946: periódico abertamente solidário com os derrotados de 1945 e por isso criticado pelas restantes publicações nacionalistas, católicas e monárquicas afectas ao Estado Novo, representa a única voz pública da direita radical portuguesa no pós-1945. Os jovens da geração de José de Brito, na altura na casa dos 20 anos, encontrarão nas páginas de *A Nação* todas as peças da cultura integralista, contra-revolucionária, de extrema-direita, fascista, nazi, católico-tradicionista, republicano-ultradireitista ou monárquico-tradicionista que estruturarão o seu imaginário político.

O terceiro eixo é representado, finalmente, pela primeira experiência autónoma animada por estes jovens da primeira geração neofascista portuguesa: o quinzenário *Mensagem*, surgido no meio do nacionalismo monárquico da Universidade de Coimbra, tornar-se-á rapidamente porta-voz da reduzida facção fascista da academia.

Estes três eixos representam, no testemunho do professor Brito, as fontes, após 1945, das linhas doutrinárias e políticas do nacionalismo português de tentações fascistas, intransigentemente anti-democrático e contra-revolucionário, que alicerçarão, em diferentes

medidas, todas as direitas radicais portuguesas ao longo das últimas três décadas do Estado Novo.

A conclusão a que o professor António José de Brito me levou a chegar foi que qualquer estudo de conjunto sobre este tema não podia dispensar a análise, introdutória, do pensamento político de Alfredo Pimenta, das páginas dos periódicos *A Nação* e *Mensagem* e, finalmente, da interacção entre estes e aquele.

## O objecto de estudo no panorama do Estado Novo

A partir de 1945, o termo «nacionalismo» torna-se amplamente desacreditado no vocabulário político das democracias ocidentais. Pelo contrário, nos regimes autoritários ibéricos mantém ainda um forte impacto. Em Portugal, o nacionalismo apresenta uma conotação tão próxima da alma da revolução nacional de 28 de Maio que, praticamente, todas as famílias políticas que aderem ao Estado Novo o tomam como inerente à sua cultura política: pode falar-se, assim, no interior da situação, de um nacionalismo republicano, de um nacionalismo monárquico, de um nacionalismo integralista e de um nacionalismo católico.

Este nacionalismo, difuso e coeso nos anos da consolidação do regime, recebe um primeiro abalo aquando do eclodir da Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento e o êxito da guerra despertam em muitos nacionalistas as antigas solidariedades com o histórico aliado inglês. As simpatias com a revolução fascista laceram-se entre os mesmos intérpretes do fascismo lusitano dos anos 30, cuja inconsistência doutrinária contribui, com a repressão salazarista, para o declínio desta cultura política de importação.

Com o final da guerra e com a queda do fascismo, o nacionalismo português encontra-se, assim, dividido entre os que – maiori-

tários – saúdam com favor o êxito do conflito e os que se mantêm solidários com a causa dos derrotados.

Esta componente minoritária do nacionalismo português encara 1945 como a derrota dos mesmos princípios que alicerçaram a revolução nacional de 28 de Maio. Consequentemente, e no isolamento para que as outras componentes do nacionalismo português a completem, considera-se intérprete do espírito genuíno da revolução nacional e aponta os situacionistas simpatizantes dos Aliados como traidores da revolução. Por fim, esta facção nacionalista considera ser necessário um regresso às origens da revolução, promovendo o que Roger Griffin (2006) chama «nacionalismo palingénésico» e o que eu denomino, no decorrer da reconstrução histórica, «nacionalismo revolucionário».

Os protagonistas destas páginas, portanto, não são os fiéis mais irredutíveis de Salazar ou os mais estrénuos defensores do Estado Novo e das suas instituições. Como faz notar João Medina, os salazaristas puros deveriam ser procurados no campo da «extrema-direita tradicionalista, católica, agrária, antidemocrática [onde] Fascistas puros é raro achá-los [...] O autêntico fascista é raro aqui, embora o Fascio não ande longe desta falange de apaniguados ou amigos do ‘Estado Novo’».<sup>4</sup>

O alvo do presente estudo são, pelo contrário, aqueles intelectuais militantes que escolheram partilhar, no seu agir político no Portugal autoritário dos primeiros anos do pós-guerra, mitos, símbolos, *slogans*, do fascismo, participando, totalmente ou em parte, na subcultura política euro-ocidental conhecida como «neofascismo».

Importa sublinhar que a pertença a esta subcultura não é obrigatória nem incentivada pelo Estado Novo português. Ela é permitida e tolerada, mas não representa um pressuposto nem uma vantagem para usufruir da liberdade de acção política no interior do regime, tão-pouco para conquistar os favores de Salazar.

---

<sup>4</sup> João Medina, *Salazar em França* (Lisboa: Ática, 1977), 12.

Assim, o percurso que me propus delinear não está relacionado com a cultura política oficial do regime. Desta forma, relevam-se as expressões marginais (às vezes marginalizadas) que, no Estado Novo, mas não com o Estado Novo, acompanharam as primeiras tentativas do regime português para resistir aos ventos da história.

Tendo como pano de fundo um campo diferente do das democracias ocidentais, é de particular interesse para esta investigação a análise que Juan Linz propõe acerca do papel da oposição em contextos de regimes autoritários.<sup>5</sup> Linz parte da constatação de que os regimes que se desenvolveram na Europa do século xx pertencem a três modelos diferentes: democracia, totalitarismo e autoritarismo. O primeiro seria apanágio do liberal-capitalismo; o totalitarismo pertenceria ao fascismo, nazismo e comunismo; o autoritarismo, finalmente, interessaria a

sistemas de pluralismo político limitado, cuja classe política não presta contas dos seus actos, que não se baseiam numa ideologia de referência devidamente articulada, mas se caracterizam por mentalidades próprias, onde não existe uma mobilização política disseminada e em larga escala, salvo em alguns momentos do seu desenvolvimento, e em que um líder, ou por vezes um pequeno grupo, exerce o poder dentro de limites mal definidos no plano final, mas efectivamente previsíveis.<sup>6</sup>

Diferentemente dos totalitarismos, nos regimes autoritários é possível identificar forças de semioposição que operam à luz do sol, dentro ou fora do sistema, para uma evolução em sentido democrático ou totalitário.<sup>7</sup> Estas forças são constituídas por grupos

---

<sup>5</sup> Juan Linz, «Opposition in and under an authoritarian regime: the case of Spain», in *Regimes and Oppositions*, org. Robert A. Dahl (New Haven: Yale University Press, 1973), 171-259.

<sup>6</sup> Pasquino Gianfranco, *Curso de Ciência Política* (Cascais: Principia, 2002), 285-286.

<sup>7</sup> Juan Linz, «Opposition in and under an authoritarian regime: the case of Spain», in *Regimes and Oppositions*, org. Robert A. Dahl (New Haven: Yale University Press, 1973), 187.



não dominantes nem representados na elite do governo, mas cuja aspiração é participar na gestão do poder, sem com isso desafiar o regime de maneira substancial.<sup>8</sup> Na sua vertente totalitária, as referidas facções são geralmente minoritárias no interior dos regimes, operam numa dimensão de elite, devido à proibição, por parte do autoritarismo, de apelarem às massas e apresentam uma atitude crítica em relação à classe política do regime, sem tocarem, todavia, no líder do mesmo.

De facto, marginalidade, elitismo, crítica à classe política estado-novista, com salvaguarda de Salazar, são factores característicos do meio intelectual da direita radical portuguesa.

Esta antecipação do carácter do radicalismo português face aos vértices do Estado Novo permite-me sublinhar como o termo «semioposição» pode gerar equívocos, dando a ideia de uma subcultura política interessada em criar uma alternativa interna ao regime.<sup>9</sup> Durante a presidência de Salazar, isso não acontece. O nacionalismo radical português, na realidade, persegue os mesmos objectivos do Estado Novo; no entanto, mantém uma perspectiva ideológica suficientemente distinta para merecer o rótulo de «insatisfeito». Não obstante a divergência, seria errado denominá-los «semi» ou até «pseudo-oposição», como, pelo contrário, acontecerá posteriormente com a chegada de Marcelo Caetano à Presidência do Conselho.

Juan Linz propõe, finalmente, uma especificação do campo da semioposição, diferenciando nela três tendências, com base na perspectiva política e finalidade de acção.<sup>10</sup> Uma primeira tendência refere-se ao meio restrito das clientelas do regime, cujos componentes se digladiam em lutas de poder, reivindicando, instrumental-

---

<sup>8</sup> Id., *ibid.*, 191.

<sup>9</sup> O modelo de Linz da semioposição não está isento de críticas, das quais, todavia, não nos ocuparemos, considerando tal modelo, se não perfeito, pelo menos perfeitamente funcional para a nossa análise de regime autoritário. Em relação às críticas, v. Javier Tusell, *La Dictadura de Franco* (Madrid: Alianza Editorial, 1988), 86-105.

<sup>10</sup> Linz, «Opposition...», 193.

mente, orientações políticas mais fictícias do que reais. Não é este, todavia, o caso que aqui apresento. O nacionalismo revolucionário não desenvolve, pois, um papel directo nos equilíbrios internos do Estado Novo, apesar de entreter relações com *lobbys* interessados em tais equilíbrios.

Um segundo grupo de «semiopositores» é representado pelos que se identificaram num primeiro momento com o sistema, mas não participaram na sua consolidação. Trata-se, em geral, da geração sucessiva daquela que conquistou o poder. Esta geração cedo se desiluiu com as possibilidades reais oferecidas pelo regime de desenvolver um papel no caminho da revolução. Terminou, assim, por se retirar para a vida privada, ou por ser cooptada pelas estruturas do regime, ou mesmo por aderir à oposição semilegal ou ilegal. No caso português, os intelectuais da direita radical pós-1945 não pertencem exactamente a esta *lost generation*. Estes percursos da desilusão podem ser encontrados na geração radical dos anos 30, principalmente na nacional-sindicalista.<sup>11</sup> Trata-se novamente do paradoxo do fascismo português: as gerações que ingressam na vida política a partir de 1945 até à queda do Estado Novo, fascinadas por um nacionalismo radical de cariz fascista, não têm como referência o fascismo histórico lusitano, ou seja, o nacional-sindicalismo, cuja ruptura com o Estado Novo e com o mesmo fascismo já está consumada quando termina a guerra mundial.

O grupo que interessa em pleno para o meu objecto de estudo é o que Linz identifica como «dissidentes internos da elite».<sup>12</sup> Ou seja, grupos que pedem mudanças radicais de longo término, mas que permanecem fiéis ao líder do regime; daí a sua definição de *loyal semiopposition in principle*.<sup>13</sup>

Linz diferencia cinco tipologias de dissidentes internos do regime, das quais duas resultam particularmente interessantes para

---

<sup>11</sup> António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945* (Lisboa: Estampa, 1994).

<sup>12</sup> Linz, «Opposition...», 193.

<sup>13</sup> Id., *ibid.*, 194.

enquadrar o pensamento radical, no período analisado. A primeira das duas tipologias identifica aqueles actores políticos que desejam a restauração de um regime precedente cujo derrube foi inicialmente declarado como temporário e provisional.<sup>14</sup>

A segunda tipologia refere-se aos actores que querem um regresso ao espírito revolucionário originário, pretendem uma mais pura actuação destes princípios e apelam ao chefe carismático da revolução para que não ceda aos condicionalismos impostos pela elite de governo. Estes actores encontram-se, frequentemente, nas organizações juvenis e nos meios estudantis afectos ao regime e, pelo extremismo que os caracteriza, permanecem alheados da massa dos apoiantes do regime, comprometendo, assim, a sua capacidade de influência política.<sup>15</sup>

Estas duas tipologias enquadram, de uma forma geral, os sujeitos da minha análise dentro do mais amplo panorama do nacionalismo estado-novista.

Nos primeiros anos do segundo pós-guerra, o nacionalismo radical português está estritamente ligado ao meio monárquico, apesar de não lhe serem estranhos elementos de fé republicana, e identifica-se com as facções, internas a este meio, que se inspiram nas componentes contra-revolucionárias do fascismo e que confiam em Salazar para uma restauração iminente da instituição monárquica como sigilo antidemocrático do Estado Novo. Neste sentido, a monarquia desejada não é a derrubada em 1910, demasiado liberal, mas a tradicional que fundou a nacionalidade. Esta componente interna à Causa Monárquica é tão minoritária que se reduz exclusivamente aos jovens discípulos de Alfredo Pimenta.

Estes jovens, por sua vez, integrando o meio estudantil, nacionalista e monárquico, da academia de Coimbra, distinguem-se dele pela adversão a qualquer compromisso com os valores emergentes, consequência da vitória das democracias em 1945. Estes reclamam uma adesão mais fiel aos princípios da revolução nacional, que iden-

---

<sup>14</sup> Id., *ibid.*

<sup>15</sup> Id., *ibid.*

tificam, em larga medida, com a *praxis* do fascismo, reproduzindo e ultrapassando, assim, as coordenadas propostas pelos camaradas mais velhos.

A segunda tipologia de Linz, para além de identificar os jovens intelectuais de finais dos anos 40, encontrará plena correspondência no Portugal dos anos 60. Nesta altura, o «*baby-boom* nacionalista», comum a muitos países da Europa ocidental, será protagonizado pelo meio juvenil, estudantil e universitário, que, nos regimes autoritários, procurará a realização mais perfeita da revolução nacional fora das organizações oficiais do regime.

Pelo contrário, não me parecem pertinentes para esta análise do radicalismo os subgrupos que, na classificação de Linz, reclamam a mera imitação de modelos estrangeiros ou que, tendo participado no acto de fundação do Estado Novo, pedem a realização dos objectivos iniciais.

No primeiro caso, desde os tempos do Integralismo Lusitano e da *querelle* sobre a sua identidade com a *Action française*, o nacionalismo português caracterizou-se sempre por um acentuado *parochialism*. Sem dúvida, as experiências estrangeiras exercitaram uma certa influência quer nos anos do integralismo, quer do nacional-sindicalismo, quer do nacionalismo revolucionário do pós-guerra. Todavia, essa influência nunca produziu uma dependência de forma a originar movimentos que pedissem expressamente uma mera imitação de modelos ideológicos estrangeiros.<sup>16</sup> Aliás, os movimentos radicais portugueses, em muitos casos, enfatizaram excessivamente os «oito séculos de história nacional» para sublinharem a sua imunidade a qualquer estrangeirismo.

Da mesma maneira, apesar de abundarem no nacionalismo radical do pós-guerra os que, partidários do regime desde as suas origens, se sentem insatisfeitos com o rumo da revolução nacional, não existe no Estado Novo uma facção organizada de *camisas viejas* que opere organicamente como grupo de pressão. Nos meios mili-

---

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, 195.

tares detentores do êxito do 28 de Maio, a acção reivindicativa é tão inconcludente que nunca representará uma opção política válida para o nacionalismo revolucionário.

## Fontes e metodologia

Como já foi referido, a utilização das fontes secundárias para o estudo da direita radical portuguesa mostrou-se de facto inviável. Se não existem monografias específicas sobre o tema, também do ponto de vista da memorialística o panorama não é muito mais exaustivo. A única obra de «quase-memórias» é da autoria de Jaime Nogueira Pinto.<sup>17</sup> Militante destacado do nacionalismo revolucionário da geração dos anos 60, Nogueira Pinto teve uma relação indirecta e mediada, do ponto de vista cronológico, com as vicissitudes e as elaborações doutrinárias do meio radical dos primeiros anos do pós-guerra. Para além disso, a sua obra dedica escassas referências à sua família política, não permitindo a reconstrução de um percurso linear a partir de 1945.

Na tipologia das memórias poderiam ser incluídos também os depoimentos em revistas ou periódicos e as entradas em dicionários histórico-políticos da autoria de militantes das várias gerações da direita radical. Contudo, este material, para além de escasso, resulta tão fragmentário e episódico, em termos cronológicos, que pode ser utilizado apenas por quem já tem uma certa familiaridade com o tema.

A escassez das fontes secundárias obrigou-me a dirigir a presente investigação, directa e exclusivamente, para as fontes primárias, escritas e orais. Se, por um lado, o afastamento de uma determinada «poluição» de juízos preconcebidos pode ser considerado uma vantagem, por outro lado, a ausência de linhas claras de demarcação do

---

<sup>17</sup> Jaime Nogueira Pinto, *Portugal, os Anos do Fim: a Revolução Que Veio de Dentro* (Lisboa: Economia & Finanças, 1976).

objecto de estudo representou, na fase inicial da investigação, uma certa dificuldade na orientação, que, todavia, foi rapidamente ultrapassada graças às exaustivas conversas com o professor António José de Brito.

Também as fontes primárias, constituídas maioritariamente por panfletos doutrinários, periódicos políticos e revistas culturais, cuja análise representou a estrutura mestre da obra, apresentaram algumas carências relevantes. Elas foram, sem dúvida, de grande utilidade para delinear as coordenadas intelectuais nas quais se movia a direita radical portuguesa em relação ao panorama internacional e nacional próprio desta família política. Contudo, estas páginas pouco ou nada dizem acerca da vida interna do grupo e da dinâmica histórica das personalidades que as animaram, não sendo, por óbvias razões, periódicos de partido nem tão-pouco de organizações institucionalizadas ou suficientemente estruturadas. Estas fontes dedicam-se quase exclusivamente à difusão doutrinária e à polémica política. Possuem escassas entrevistas aos militantes ou raros excertos do debate interno que permitam reconstruir algo mais do que um simples *modus sentiendi*.

Em relação às fontes arquivísticas, os arquivos nacionais mostraram-se de uma certa utilidade, em particular o arquivo da PIDE/DGS, o arquivo da censura e o arquivo Salazar. O arquivo da PIDE mostrou-se, em absoluto, o mais fecundo, mas com uma nota: no imediato pós-guerra, «as direitas», inclusive a radical, nunca foram consideradas uma ameaça para a segurança do regime. A vigilância sobre pessoas ou movimentos do nacionalismo radical, portanto, sempre foi episódica, quando não inexistente. A documentação respeitante a alguns dos elementos da área radical mostra uma atenção esporádica por parte da PIDE, com material absolutamente descontínuo do ponto de vista qualitativo e cronológico. Neste sentido, para a identificação de alguns traços históricos dos meios que deram origem às revistas mostraram-se mais fecundos os processos da censura relativamente às facilitações e aos obstrucionismos reservados às publicações da área radical. No

entanto, o estado do acervo do arquivo da censura torna difícil a sua consulta e limita a obtenção de informações sobre a direita radical.

O arquivo Salazar, pelo contrário, oferece uma contribuição bastante limitada, reproduzindo documentação já presente no arquivo da PIDE. De facto, o presidente do Conselho nunca demonstrou o mínimo interesse pela ala radical do regime, com a qual, aliás, não tinha qualquer relação directa e que, nos escassos episódios de contacto, tratou com o pragmatismo que lhe era habitual. Destaca-se, contudo, a relação pessoal e cordial entre Salazar e Alfredo Pimenta, comprovada por uma abundante correspondência desde o começo dos anos 30 até 1950, ano da morte do mestre da contra-revolução. Esta correspondência, recentemente publicada por Manuel Braga da Cruz, demonstra toda a impotência da área radical para influenciar as dinâmicas internas do regime, mas também o desinteresse da chefia do Estado Novo face às componentes fascizantes do mesmo.

## Estrutura da obra

A obra segue um critério cronológico, desde os anos da Segunda Guerra Mundial, nos quais se destaca a intervenção de Alfredo Pimenta no semanário *Esfera*, até ao começo dos anos 50, quando a morte do mestre da contra-revolução e o fim dos jornais *A Nação* e *Mensagem* deixam a direita radical de tentações fascistas privada de vozes de referência, inaugurando a longa travessia no deserto até à década dos anos 60.

Respeitando a indicação histórica de António José de Brito acerca da centralidade do magistério de Alfredo Pimenta na área da direita radical do imediato pós-guerra, a sua intervenção nas duas revistas radicais *A Nação* e *Mensagem* foi isolada em capítulos autónomos.

O tema específico de *A Nação*, por sua vez, foi abordado em dois capítulos diferentes, um de carácter histórico, outro doutri-

nário. A dinâmica histórica do semanário, as suas relações com o regime e o seu fim revestem, de facto, um interesse particular para perceber fragilidades, condicionalismos, dependências da área radical lusitana, dentro do autoritarismo salazarista.

Finalmente, a experiência do quinzenário *Mensagem* é apresentada como o berço dos jovens intelectuais fascistas, que, nestes anos, demarcarão as próprias posições do mais amplo nacionalismo monárquico e católico e, por outro lado, alicerçarão a própria doutrina nos moldes do totalitarismo fascista, lançando, assim, as bases da sua mais madura contribuição para a área radical, já no final dos anos 50 e princípio dos 60.

O facto de esta primeira geração neofascista se ter dedicado principalmente à acção no campo editorial faz com que a obra apresente um carácter marcadamente ideológico-doutrinário. Contudo, não falta a reconstrução dos eventos que levaram à fundação e ao desaparecimento destas revistas.

O objectivo principal, todavia, foi delinear os vectores ideológicos do radicalismo português, enquadrá-los no debate entre as diferentes correntes do nacionalismo do Estado Novo e, graças a uma escolha selectiva dos temas tratados por Pimenta e pelas duas revistas, inseri-los no ideário mais abrangente do radicalismo europeu de direita. É importante caracterizar o mais possível o pensamento político radical português destes anos, porque ele representa a contribuição mais sólida do ponto de vista doutrinário e a base sobre a qual se formarão os militantes das organizações futuras.

Neste sentido, o recurso a citações deve-se à vontade de deixar falar o sujeito. Considerarei essencial reproduzir certas tonalidades da linguagem escrita, que só a citação pode oferecer e que caracterizam uma certa retórica e ênfase típica do nacionalismo radical português no seu conjunto. Também a insistência nos aspectos doutrinários tem a sua razão de ser na vontade de clarificar e distinguir o mais possível o imaginário de um meio político que, de facto, viveu mais de ideias do que de acções.



A intenção de apresentar da forma mais clara possível o imaginário político da direita radical destes anos levou-me a omitir considerações pessoais acerca das ideias expostas. Tratar-se-ia, efectivamente, de uma intromissão desnecessária para a compreensão do ideário do meio radical. Cada leitor poderá valorizar, segundo a sua sensibilidade, quais os pontos mais fortes e quais os mais fracos da arquitectura doutrinária, tendo sempre em consideração que o sujeito que fala é adepto de uma cultura política cujos alicerces são radicalmente diferentes, quando não opostos, dos da cultura política largamente maioritária e compartilhada nas democracias ocidentais.

As considerações pessoais acerca do meio político analisado foram, assim, brevemente recolhidas nas conclusões da obra, salientando aquelas que, em linhas gerais, são as características mais importantes do meio radical português dos primeiros anos do pós-guerra e os limites do mesmo, em comparação com aquele que foi o policromo espectro doutrinário do radicalismo de direita europeu influenciado pelo fascismo.